

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **Município de Celorico da Beira**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de ativo líquido de 48.245.115,78 € e um total de fundos próprios de 14.389.096,13 €, incluindo um resultado líquido de 252.082,64 €), a Demonstração dos resultados e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 9.007.587,31 € de despesa paga e um total de 9.178.629,61 € de receita cobrada, que inclui 148.558,51 € do saldo de gerência anterior) do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, o resultado das suas operações e o relato da execução orçamental, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos e orçamentais adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Exceto quanto à limitação descrita no parágrafo 7., abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVA

7. Encontra-se em curso um processo de conciliação global do património ao nível dos registos entre as aplicações de contabilidade e património, com aferição dos registos nas finanças e na correspondente Conservatória do Registo Predial. Adicionalmente, a análise da informação proveniente do Sistema de Inventário e Cadastro Patrimonial (SIC) e dos mapas de suporte das amortizações permitiu identificar um número muito significativo de bens não valorizados e não amortizados. Como tal, não é possível aferir sobre as asserções totalidade e valorização, pelo que não nos podemos pronunciar e não pronunciamos sobre os efeitos destas situações nos ativos, fundos próprios e resultados do exercício.

OPINIÃO

8. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descrita no parágrafo 7., as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do **Município de Celorico da Beira**, em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada, no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

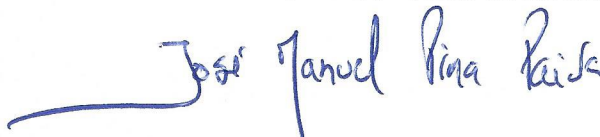
ÊNFASES

10. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

- 10.1. Tal como referido na nota 8.2.25 das Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, o Município apresenta dívidas em mora à "ADSE" no montante de 702.301,51 € em resultado do custo com despesas de saúde dos seus funcionários e a reembolsar àquele subsistema, tendo sido acordado em 2015 um plano de pagamentos.
- 10.2. À semelhança do indicado na nota 8.1.7 da Caracterização da entidade, nos termos do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, o Município terá de proceder em 2016 à internalização da "Empresa Municipal Celoricense – EMCEL, E.M.", situação que deverá afetar a assunção de compromissos futuros e deverá apresentar acréscimos ao nível da despesa e das receitas em resultado da assunção de passivos e ativos provenientes da participada. Adicionalmente, e considerando a existência de prejuízos no ano de 2015 da participada no montante de 393.661,84 €, no ano de 2016 deverá dar-se cumprimento ao artigo 40.º da Lei acima referida.

Viseu, 20 de abril de 2016

O Revisor Oficial de Contas



Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, SROC, Lda., n.º 282
Representada por José Manuel Pina Paiva, ROC n.º 1539